

A FORMA ACAMPAMENTO: NOTAS A PARTIR DA VERSÃO PERNAMBUCANA*

Lygia Sigaud

RESUMO

Tem-se observado na região da mata pernambucana uma escalada da ocupação de engenhos por trabalhadores rurais, à qual se associa um aumento das desapropriações de terras pelo governo federal. Neste artigo, a dinâmica e a configuração desse processo, que vem a indicar importantes mudanças nas relações sociais na zona canavieira, são investigadas a partir do contexto e das formas de organização dos acampamentos montados nos engenhos, liderados pelos movimentos e entidades sindicais dos trabalhadores rurais.

Palavras-chave: trabalhadores rurais; ocupação de engenhos; Pernambuco.

SUMMARY

Rural workers have escalated their occupation of sugar plantations in the zona da mata region of Pernambuco, a movement associated with the increase in the dispossession of unproductive properties by the federal government. This article traces the dynamics and the configuration of this process, showing that social relations in the sugar zone are undergoing important changes. These characteristics are elucidated through a discussion of the context and the forms of organization involved in the development of camps within the sugar plantations, under the guidance of rural workers' movements and unions.

Keywords: rural labor; land occupation; Pernambuco.

Em abril de 1999, estatísticas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) registravam 101 acampamentos montados em engenhos de cana-de-açúcar na região da mata pernambucana¹, nos quais estavam instaladas — sob barracas cobertas de plástico, denominado *lona* — cerca de 6.700 famílias de trabalhadores que reivindicavam *reforma agrária*². A existência desses acampamentos não é fato novo naquela região: há registros para os anos 1980 de acampamentos em engenhos, também com reivindicação de *reforma agrária*, e ainda de outros, armados defronte às sedes de usinas produtoras de açúcar ou prédios públicos, para demandar o cumprimento de acordos coletivos ou fazer reivindicações ao governo. O que se configura como novo é a escala do fenômeno: nos anos 1980 havia somente dois acampamentos em engenhos, com 193 famílias³. Os acampamentos em espaços públicos eram mais freqüentes e costumavam aglutinar grande número de trabalhadores; há notícias, para 1989, de mais de três mil reunidos em frente da usina Central Barreiros, no sul do

(*) Uma primeira versão deste texto foi apresentada na 22ª Reunião Brasileira de Antropologia (Brasília, julho de 2000). Agradeço as sugestões dos participantes do fórum "Ocupações de terra: antropologia de uma saga" e em particular os comentários dos debatedores Aurélio Vianna Lima e Benoit de L'Estoile.

(1) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)/Superintendência Regional de Pernambuco/Comissão de Conflitos Agrários. *Relação de áreas de conflito do Estado*. Recife, 1999.

(2) A expressão está em itálico aqui e em todo o texto com o intuito de sinalizar que nos contextos em que é utilizada significa desapropriação de fazendas e distribuição de terras sob a forma de parcelas, e apenas

Estado. Mas não podem ser identificados àqueles de hoje, nos engenhos, pois não se prolongavam por meses, até mesmo anos, como os de agora, e deles só participavam trabalhadores rurais — os contabilizados em 1999 contavam com a presença de trabalhadores que se identificam como rurais e também de pescadores, operários, ex-funcionários de prefeituras, migrantes retornados do Sudeste do país, a maioria deles desempregados.

Todos os acampamentos dos anos 1980, nos engenhos e fora deles, foram organizados por sindicatos de trabalhadores rurais (STRs) e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape), à qual os sindicatos são filiados. Dos 101 de agora, 56 foram encabeçados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de implantação recente na área, e 32 pelos STRs e Fetape⁴. Apenas os dois montados em engenhos nos anos 1980 tinham como interlocutor o Incra, enquanto os demais buscavam interlocução com os patrões ou com o governo do Estado. Em 1999 todos apresentavam suas reivindicações apenas ao órgão responsável pela reforma agrária.

Os acampamentos na Zona da Mata, a presença ativa de militantes do MST e o envolvimento de dirigentes sindicais em ocupações de terra foram fatos que me surpreenderam no ano de 1997, por ocasião de um trabalho de campo nos municípios de Rio Formoso e Tamandaré, na faixa litorânea ao sul do Estado⁵. Nada do que havia até então procurado compreender sobre as relações sociais nas grandes plantações canavieiras, nem os trabalhos de outros pesquisadores e nem minha pesquisa recente em Rio Formoso me forneciam elementos para prever um tal desdobramento das lutas sociais naquela área⁶. Os investimentos anteriores, no entanto, me permitiam identificar nos acampamentos um sinal de que estava em curso um processo de transformação das relações sociais entre patrões, trabalhadores, dirigentes sindicais e o Estado brasileiro, representado pelo Incra, bem como formular questões que poderiam conduzir à explicação e compreensão do significado desse processo.

Tradicionalmente, os patrões da mata pernambucana, desde o tempo dos senhores de engenho, e mais recentemente com a emergência dos usineiros, sempre exerceram um controle estrito das áreas de sua propriedade ou por eles exploradas, e nunca permitiram que nelas se instalassem indivíduos sem prévia autorização⁷. Os acampamentos em engenhos estão sendo constituídos como um território criado dentro de outro território e sem a permissão do dono. Sua existência indica portanto uma mudança no modo como os patrões se relacionam com seus domínios. O que teria suscitado tal mudança? Indicaria ela uma perda de poder relativa? Estariam os patrões desinvestindo em suas plantações?

Os sindicalistas da zona canavieira, desde os anos 1960, haviam feito das lutas por direitos trabalhistas, pela via da regulação jurídica, a prioridade máxima em seus enfrentamentos com os patrões. A partir de 1979 começaram também a mobilizar os trabalhadores para exigir aumentos salariais e contratos coletivos de trabalho, por meio de greves⁸. Certo que a *reforma agrária* sempre foi bandeira de luta dos STRs e da Fetape, assim

isto. Também estarão em itálico todos os termos nativos.

(3) Para os anos 1980, ver Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário/Coordenadoria de Conflitos Agrários. *Acampamentos. Conflitos de terra*. Brasília, 1986, p. 19.

(4) Quanto aos demais acampamentos, conforme relação do Incra, oito haviam sido organizados pela Comissão Pastoral da Terra e cinco por organizações com pouca expressão.

(5) O trabalho de campo foi realizado em setembro, com apoio da Fundação José Bonifácio (UFRJ), da Fondation École Normale Supérieure (Paris), do Programa de Pós-graduação do Museu Nacional - UFRJ (PPGAS/MN) e da Capes. Dele participou uma equipe de pesquisadores do PPGAS/MN, do Departamento de Ciências Sociais da École Normale Supérieure e da École des Hautes Études (Paris).

(6) As grandes plantações canavieiras de Pernambuco foram objeto de muitos estudos por parte de pesquisadores do PPGAS/MN-UFRJ nos anos 1970, os quais resultaram em diversas publicações. Serão citadas aqui algumas delas, em virtude da sua pertinência para meu objeto.

(7) O controle dos senhores sobre seus engenhos é fartamente documentado na literatura histórica e sociológica sobre a mata pernambucana, assim como nas memórias produzidas pelos senhores. Ver: Andrade, Manoel C. de. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1964; Melo, Mário L. de. *O açúcar e o homem no Nordeste*. Recife: MEC/Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1975; Bello, Júlio. *Memórias de um senhor de engenho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985 [1938].

(8) Em trabalhos anteriores procurei examinar tanto a prioridade dada à regulação jurídica dos conflitos — Sigaud, Lygia. "Direito e coerção moral no mundo dos engenhos". *Estudos Históricos*, 9(18), 1996; "Les paysans et le droit: le mode juridique de règlement des conflits". *Information sur les Sciences Sociales*, 38(1), 1999 — quanto a mobilização para os contratos coletivos de trabalho e as greves — "A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas". *Dados*, 29(3), 1986.

como da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), à qual a Fetape é filiada, mas só em meados da década de 1990 passaram a organizar de forma sistemática os trabalhadores para ocupar engenhos e exigir sua desapropriação. Como entender essa inflexão em sua política em relação aos patrões e aos trabalhadores? Estaria ela relacionada à chegada a Pernambuco de militantes do MST procedentes do Sul do país e à sua atuação junto aos trabalhadores rurais, sobre os quais o movimento sindical sempre tivera uma hegemonia incontestada?

Para os que trabalhavam nos engenhos, fossem eles ali residentes ou habitantes das periferias das pequenas cidades da mata pernambucana, a idéia que mais se aproximava da *reforma agrária* era a do engenho *liberto*, livre dos patrões e no qual cada um pudesse trabalhar para si⁹. Eles a acalentavam como uma utopia, mas não era ela o motor que os propulsionava no cotidiano. "Trabalhavam de dia para comer à noite", como gostam de dizer, e aguardavam com ansiedade o pagamento das tardes de sexta-feira. Agora, tudo leva a crer que se sentem motivados para entrar em acampamentos, "se socar debaixo da *lona* preta" — como nos disse um trabalhador acampado — e lá ficar esperando uma "decisão dos *homens*" (do Incra). O que os estaria impulsionando na direção dos acampamentos? Dizer tão-somente que buscam a reforma agrária, como se costuma afirmar, é uma simplificação. Esta é uma idéia abstrata que recobre um sem-número de significados. Mais adequado seria verificar, a partir de investigação sistemática e comparativa, as condições sociais nas quais se produzem as entradas em acampamentos e os sentidos que os trabalhadores atribuem a este ato.

Outros trabalhadores, oriundos dos engenhos mas já tendo passagens pelo mercado de trabalho urbano-industrial local e às vezes nacional, estão afluindo aos acampamentos para ocupar engenhos, atendendo a chamados do MST e da Fetape ou mesmo espontaneamente. Montam suas barracas nos engenhos e passam a reivindicar uma identidade de trabalhador rural¹⁰. Numa região onde a saída dos engenhos e a obtenção de um emprego não agrícola eram sinal de ascensão social¹¹, essa inversão de trajetória é indicativa de uma mudança nas expectativas dos indivíduos, nos valores e significados que atribuem aos lugares possíveis no mercado de trabalho.

Os acampamentos da mata pernambucana têm estado sempre associados a pedidos de desapropriação. À sua multiplicação parece estar correspondendo um aumento das desapropriações. Desde sua criação, em 1964, o Incra fez 134 desapropriações no Estado, 63 das quais na zona canavieira. Até 1989 havia imitado a posse de 26 imóveis, sendo seis na Mata. De 1990 até 1999 (dados coletados até setembro), desapropriou 56 engenhos¹². A comparação entre as suas tabelas e as do MST e a Fetape indica que as desapropriações têm contemplado trabalhadores acampados. Como entender esse nexos entre acampamento e desapropriação? E quais os seus efeitos?

Responder a este conjunto de questões e compreender a natureza do processo de transformação em curso na mata pernambucana é ambição para um trabalho de longo prazo. O que se pretende aqui é tão-somente fornecer

(9) Cf. Sigaud, Lygia. *Os clandestinos e os direitos. Estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979, pp. 205-222.

(10) Ser trabalhador rural é das condições exigidas pelo Incra para contemplar um candidato ao parcelamento de terras.

(11) Em seu estudo sobre os operários da parte industrial das usinas nos anos 1970, Leite Lopes fornece elementos que atestam um sentimento de ascensão social em relação aos do campo. Cf. Lopes, José Sérgio L. *O Vapor do Diabo. O trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, pp. 160-174.

(12) Cf. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)/Superintendência Regional de Pernambuco/Divisão de Assentamento. *Relação de projetos de assentamento do Incra em Pernambuco*. Recife, 1999.

alguns elementos que permitam fazer avançar o conhecimento sobre esse processo e sua dinâmica, tomando como ponto de partida e fio condutor os acampamentos. A partir deles tratarei de explorar hipóteses a respeito das condições sociais que contribuíram para que se constituíssem e se multiplicassem. Para tanto me apoiarei na história recente das relações sociais na mata pernambucana (a qual, para efeito do meu argumento, terei de simplificar, e muito) e em pesquisa realizada em 1997 e 1999, mas ainda em andamento, em dois municípios da faixa litorânea ao sul do Estado: Rio Formoso e Tamandaré¹³. Utilizarei material por mim coletado, por meio de entrevistas e observação, nos acampamentos dos engenhos Brejo, Mascatinho, São João, Sauezinho, Saué Grande, Coqueiro e Mamucaba e no assentamento de Cipó, localizados no município de Tamandaré; nos acampamentos de Serra d'Água, Amaragi e Mato Grosso, em Rio Formoso; e nos acampamentos de Tentúgal, em São José da Coroa Grande, e Baetés, em Barreiros¹⁴. Recorrerei também a dados obtidos mediante entrevistas com dirigentes sindicais, militantes do MST, funcionários do Incra, gerentes de usinas, patrões e trabalhadores que não participam de acampamentos. Pude ainda me beneficiar dos dados e interpretações contidos em estudos sobre a ocupação do engenho Brejo¹⁵ e sobre o acampamento de Mamucaba¹⁶, e de materiais coletados nos assentamentos de Cipó, São João, Minguito e Serra d'Água¹⁷. Integram ainda o *corpus* analisado as documentações disponíveis do Incra, do MST e da Fetape.

A morada e os direitos

O município de Rio Formoso, situado a cerca de 70 km da capital pernambucana, na costa, foi criado ainda no século XX, mas a área nele compreendida foi ocupada no início do período colonial e desde então explorada pelos senhores de engenho que se dedicavam ao cultivo da cana e à produção de açúcar. Com o surgimento das usinas, em fins do século XIX, ali implantaram-se as de Cucaú, em 1895, e Rio Una (posteriormente denominada Santo André), em 1914¹⁸. A atividade econômica principal sempre foi o cultivo da cana e a produção de açúcar, em grandes propriedades até hoje denominadas engenhos. A partir dessa atividade é que se estruturaram as relações sociais entre os senhores de engenho e aqueles que para eles trabalhavam: os escravos e posteriormente os homens livres, conhecidos como *moradores*. As "regras" da coexistência social nos velhos engenhos foram reconstituídas e analisadas por Palmeira, que as denominou "regras da *morada*"¹⁹. Os elementos que o autor coloca em evidência, a partir de idealizações dos nativos, permitem que se identifiquem, na forma como o poder era exercido pelos senhores e na obediência que lhes prestavam os *moradores*, alguns dos traços distintivos do tipo puro da dominação tradicional teorizado por Max Weber. As "regras da *morada*" podem ser interpretadas como as normas consagradas de uma tradição, no

(13) A pesquisa se inscreve num projeto mais amplo, intitulado "Reforma agrária, meio ambiente e poder municipal", por mim coordenado e apoiado por uma dotação da Fundação Ford, pelo CNPq, que me concedeu bolsa de produtividade científica, pela dotação institucional da Finep ao PPGAS/MN-UFRJ e pela Faperj.

(14) Em muitas ocasiões realizei coleta de dados em alguns destes engenhos acompanhada de outros pesquisadores: Benoit de L'Estoile, Jérôme Gautier, Hernan Gomez, David Fajolles e Sérgio Chamorro.

(15) Cf. Chamorro, Sérgio. *Com a cara e a coragem: uma etnografia de uma ocupação de terra*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado, PPGAS/MN-UFRJ, 2000.

(16) Cf. Fajolles, David. *Mamucaba: l'attente*. Paper para a XXII Reunião Brasileira de Antropologia, Brasília, 2000 (mimeo).

(17) Os materiais foram coletados nestes assentamentos, respectivamente, por Marie Gaille e Alexandra Barbosa da Silva, Frederic Viguier e Hernan Gomez e Benoit de L'Estoile.

(18) Estas datas figuram na história das usinas de Pernambuco feita por Manoel Correa de Andrade (*História das usinas de açúcar de Pernambuco*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1989). A respeito do início do processo usineiro, ver também: Eisenberg, Peter L. *Modernização sem mudança. A indústria açucareira em Pernambuco: 1840-1910*. Rio de Janeiro/Campinas: Paz e Terra/Unicamp, 1977; Mello, Evaldo C. de. *O Norte agrário e o Império (1871-1889)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999 [1984].

(19) Palmeira, Moacir. "Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional". *Actes... XLIIème Congrès International des Américanistes*, Paris, Société des Américanistes/Musée de l'Homme, 1978.

sentido técnico que lhe dá este autor²⁰. O poder dos patrões era exercido de forma personalizada e se sustentava na crença na legitimidade das normas da tradição, que consistiam num conjunto de obrigações recíprocas e historicamente engendradas às quais patrões e *moradores* se encontravam submetidos. Dentre elas figuravam as obrigações do patrão de dar um pedaço de terra para plantar àquele que lhe pedia uma casa de *morada* e ele aceitava como *morador*, de protegê-lo em momentos difíceis, como doença e morte, e ainda de prover-lhe bens financeiramente inacessíveis, como carne fresca e roupas, sob a forma de dons. O *morador*, nos termos da tradição, obrigava-se a só trabalhar para o patrão e a lhe ser leal em todas as circunstâncias. Quando julgava que o patrão se excedera no exercício do poder, era o patrão que se ilegítimava aos seus olhos e não a tradição. Buscava então colocar-se sob a proteção de outro patrão e dessa forma os conflitos eram regulados²¹.

Nos anos 1950 os patrões começaram a violar unilateralmente as normas da tradição: cortaram o acesso à terra para lavoura de subsistência — os *roçados* — e mudaram as formas de remuneração, com o que aumentou a intensidade do trabalho. Rompeu-se então o delicado equilíbrio da dominação tradicional e os *moradores* não mais se sentiram obrigados aos deveres da lealdade. Em meados dos anos 1950, com as ligas camponesas, eclodiu um forte movimento social na mata pernambucana, que se expandiu no início dos anos 1960 com a criação de sindicatos²². Em 1963 o Estado interveio na regulação das relações sociais no campo, com a elaboração do Estatuto do Trabalhador Rural e sua aprovação pelo Congresso Nacional. A lei estendia aos patrões do campo as obrigações daqueles das cidades, como o pagamento de salário mínimo, 13º salário, férias etc. Na conjuntura de enfrentamento da época, o respeito às novas obrigações patronais logo tornou-se objeto de luta: organizados pelos sindicatos, os trabalhadores realizaram manifestações e greves em massa²³. Com o golpe militar de 1964 as ligas foram desbaratadas, vários sindicatos fechados e inúmeros líderes presos, torturados e mortos. Em Rio Formoso, onde o movimento social foi intenso, a repressão militar foi igualmente vigorosa. Em pouco tempo no entanto o sindicato local se reestruturou, assim como os demais da zona canavieira²⁴. Não havia mais condições políticas para a realização de protestos coletivos. A orientação então adotada foi lutar na Justiça pelo respeito às obrigações trabalhistas e a partir daí reorganizar os trabalhadores.

A década de 1970 foi um período de expansão da produção de cana-de-açúcar em Pernambuco e de pleno emprego para os trabalhadores. Essa expansão foi fruto dos subsídios dados pelo governo federal aos usineiros e fornecedores de cana²⁵, tais como facilidades creditícias, garantia de preço nos mercados interno e externo e programas como o Proálcool²⁶, que contribuíram para um aumento notável da produção de açúcar e álcool²⁷. Já naquela década uma parte dos trabalhadores não mais residia nos engenhos, habitando as periferias das pequenas cidades do interior, ou *pontas de rua*. A força de trabalho utilizada nos engenhos compreendia os

(20) Weber, Max. *Economia y sociedad*. México/Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1964 (2 vols.), pp. 264-265 e 753.

(21) Dispõe-se de poucas informações sobre as relações sociais nos engenhos de Rio Formoso para a primeira metade do século XX. Há no entanto algumas informações sobre os senhores daquela área. Para o século XIX, Mello nos diz que os senhores de engenho da mata úmida e litorânea, onde se situa Rio Formoso, constituíram a reação aos movimentos insurrecionais da primeira metade do século XIX e à agitação recifense: Mello, Evaldo C. de. *Rubro veio. O imaginário da reatuação pernambucana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 28. Para o início do século XX há dois livros de memórias escritos por membros de uma mesma família que constituem uma excelente fonte a respeito da representação que os patrões tinham de suas próprias virtudes: Bello (Júlio), op. cit.; Bello, José Maria. *Memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958. E ainda entre os senhores desta área que Freyre vai buscar exemplos que mais se ajustam à sua concepção de "verdadeiro" senhor de engenho, uma espécie de tipo-ideal, usando a linguagem weberiana, do patrão da dominação tradicional a que me referi: Freyre, Gilberto. "Prefácio". In: Bello (Júlio), op. cit.; *Nordeste. Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

(22) Há vasta bibliografia sobre esse período. Ver, por exemplo: as reportagens de Antonio Callado (*Tempo de Arraes*. Rio de Janeiro: José Alvaro Editora, 1964); os depoimentos de atores como Francisco Julião (*O que são as ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962); "*Cambão*" (*le jong*), *la face cachée du Brésil*. Paris: Maspéro, 1968); Gregório Bezerra (*Memórias — Segunda parte: 1946-1969*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979) e Paulo Cavalcanti (*O caso eu conto, como o caso foi — da Coluna Prestes à queda de Arraes (memórias)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978); e análises como as de Manoel Correa de Andrade (*A terra e o homem no Nordeste*, loc. cit.) e Aspásia Camargo (*Brésil Nord-est: mouvement paysans et crise populiste*. Paris: tese de doutorado, Ehess, 1973).

(23) Cf. Furtado, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1964; Prado Jr., Caio.

trabalhadores com contrato de trabalho, denominados *fichados*, e os sem contrato, ou *clandestinos*. Estes últimos constituíam a maior parte da população das *pontas de rua*.

Durante a década de 1970 o Sindicato de Rio Formoso continuou pautando suas ações pela busca de garantir respeito às obrigações trabalhistas. Estimulou os trabalhadores a demandar contra os patrões na Justiça do Trabalho e lhes proporcionou assistência jurídica, por meio de um advogado e do acompanhamento de seus processos nas juntas de conciliação e julgamento. Com isso logrou garantir a permanência de milhares de trabalhadores dentro dos engenhos e a continuidade de seus contratos de trabalho, pois os patrões temiam as pesadas indenizações²⁸. Em 1979, seguindo orientação da Fetape, o Sindicato se lançou na mobilização dos trabalhadores por aumentos salariais e contratos coletivos de trabalho. Toda a década de 1980 na zona canavieira e em Rio Formoso foi marcada por uma sucessão de greves, em defesa de manutenção dos acordos coletivos, garantia dos pisos salariais e ampliação das obrigações patronais, e por uma ampla multiplicação de processos na Justiça do Trabalho.

No início dos anos 1990 surgiram os primeiros sinais de crise na agroindústria canavieira. O governo federal suspendeu a proteção que vinha assegurando a usineiros e fornecedores de cana: cortou subsídios, privatizou as exportações e mudou a política de crédito. A produção de cana entrou em declínio e na área de Rio Formoso as usinas começaram a demitir em massa. Os dirigentes sindicais trataram de se contrapor às demissões por meio de processos na Justiça do Trabalho. A estratégia consistia em estimular os trabalhadores a solicitar o reconhecimento do tempo de trabalho sem assinatura em carteira — o tempo *clandestino* —, de forma a tornar onerosa a demissão para os patrões. Em 1993, novecentos dos seis mil trabalhadores do município entraram com ações na Junta de Conciliação e Julgamento da cidade vizinha de Barreiros. O efeito da estratégia sindical foi desigual. Mostrou-se eficaz na usina Santo André, que não conseguiu levar adiante a política de demissões, pois houve um número expressivo de processos. Já nas usinas Cucaú e Trapiche — esta situada em um município vizinho e com terras em Rio Formoso —, contra as quais não houve tantos processos, alguns milhares de trabalhadores perderam seus empregos, casas e *roçados*. Deslocaram-se para a periferia da cidade, que conheceu então um crescimento notável. Os que lograram manter seus contratos nas usinas tiveram suas condições de trabalho deterioradas: aumento da intensidade de trabalho e perda de algumas garantias de que dispunham, como acesso à terra para lavoura de subsistência, direito que haviam conseguido recuperar nos acordos coletivos. Nos engenhos explorados por fornecedores, denominados *particulares*, a crise também se expressou em termos de queda na produção. Amaragi, por exemplo, um dos maiores engenhos de Rio Formoso, que chegara a produzir mais de trinta mil toneladas de cana nos anos 1970, produzia apenas seis mil em meados dos anos 1990. Neste engenho, como em outros, houve prolongadas suspensões do pagamento aos trabalhadores.

"Marcha da questão agrária no Brasil". In: *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1979 [1964].

(24) Sobre as condições sociais que favoreceram a reestruturação dos sindicatos, notadamente a ação da Igreja Católica, ver Palmeira, Moacir. "The aftermath of peasant mobilization: rural conflict in the Brazilian Northeast since 1964". In: Aguiar, Neuma (ed.). *The structure of Brazilian development*. Nova York: Transaction Books, 1977.

(25) O termo "fornecedores" designa aqueles que se dedicam apenas à agricultura da cana, sejam eles proprietários ou arrendatários.

(26) Cf. Andrade, *História das usinas de açúcar de Pernambuco*, loc. cit., pp. 87-107.

(27) Entre a safra de 1974 e a de 1984 a produção de açúcar passou de 11.618.905 sacos de 60 kg para 16.950.224 sacos de 59 kg, e a de álcool, de 90.077.649 para 340.800.900 litros (cf. *ibidem*, p. 87).

(28) Nas áreas onde os dirigentes sindicais não tiveram atuação semelhante, a saída dos trabalhadores dos engenhos foi muito mais maior, como pude observar nos anos 1970 no município de Palmares.

Uma saga de acampamentos

Foi nessa conjuntura que militantes do MST se deslocaram para Rio Formoso. Pela primeira vez, em sua então recente atuação no estado de Pernambuco, se associaram ao sindicato do município para organizar uma ocupação. O engenho escolhido foi o de Camaçari, com 2.800 ha, tido como propriedade da Rede Ferroviária Nacional, mas apropriado pela usina Cucaú. A ocupação ocorreu em abril de 1992, e entraram no engenho cerca de 1.200 pessoas, em sua maioria reunidas por militantes do MST em Rio Formoso e municípios adjacentes. A participação do Sindicato consistiu no envolvimento de alguns dirigentes e funcionários e no apoio à iniciativa do MST. Até então os sindicalistas de Rio Formoso estavam habituados a organizar acampamentos defronte às sedes de usina, mas não ocupações de terra, atividade que exige planejamento e técnicas específicas.

Após alguns dias, soldados da Polícia Militar e do Exército desalojaram os trabalhadores. A usina havia conseguido provar que as terras lhe pertenciam, mediante uma documentação até hoje posta em questão pelo MST. Alguns trabalhadores retornaram às suas casas, mas oitocentas pessoas seguiram para Vermelho, um antigo assentamento feito pelo Incra, e montaram um acampamento na parcela de um trabalhador. A partir de lá iniciaram uma série de ocupações, com diferentes itinerários e compreendendo os seguintes engenhos: Frescundinho (município de Gameleira), São Manuel, Cipó, São João (todos *particulares*), Serra d'Água, Minguito (engenhos da usina Central Barreiros arrendados a um fornecedor), Mas-catinho, Brejo (da Central Barreiros) e Mamucaba. Essas ocupações ocorreram entre 1992 e 1998.

A ocupação do engenho Camaçari foi um marco para o MST, conforme se pode verificar em sua página na Internet²⁹. A cooperação do Sindicato é um dos fatos destacados pelo MST, uma vez que até então os sindicalistas da mata pernambucana lhe eram hostis. Para os dirigentes sindicais do município, o evento não teve seguramente a mesma importância. Em 1994 e 1995 realizei dois trabalhos de campo em Rio Formoso, e em ambas as ocasiões ninguém mencionou o fato. O tema que preocupava a todos era o enfrentamento com as usinas, os processos na Justiça do Trabalho e a crise. Era sobre isso que queriam falar. A primeira menção a Camaçari obtive em 1997, numa entrevista com um militante do MST que havia participado da ocupação e então iniciado sua carreira na organização. Para os militantes do MST e aqueles que participaram da ocupação, como pude verificar depois, Camaçari era uma espécie de marco zero a partir do qual tudo havia começado. Os acampamentos que se seguiram eram narrados como uma saga, pontuada de feitos heróicos.

Na fase atual da pesquisa não é possível formular hipóteses a respeito da decisão do MST de ocupar Camaçari. Sabe-se que o movimento já estava atuando na mata pernambucana desde o início dos anos 1990, ao que tudo indica em municípios cujos dirigentes sindicais não se destacavam como *combativos* — os que investem nos enfrentamentos contra os patrões.

(29) Cf. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). "Breve histórico". www.mst.org.br/mstpe, 2000.

Propor uma ocupação em Rio Formoso, cujos dirigentes sindicais eram conhecidos por sua *combatividade* e identificação com a orientação da Fetape, foi um gesto audacioso. O que teria levado os dirigentes sindicais a colaborar com o MST também é uma questão que ficará aqui em aberto. Para respondê-la serão necessários novos investimentos empíricos.

Os remanescentes de Camaçari ficaram em Vermelho por noventa dias. De lá seguiu uma vertente liderada pelo MST para ocupar Frescundinho, um engenho *particular* no município vizinho de Gameleira, de propriedade da usina Estreliana e arrendado a uma viúva. Os dirigentes sindicais não os acompanharam. A partir de entrevistas com alguns desses remanescentes foi possível reconstituir o itinerário que se segue, o qual não é o único, pois há variações conforme a trajetória do informante. Ficaram três meses em Frescundinho. Após os primeiros quinze dias foram despejados e acamparam nas cercanias do engenho. Foram novamente despejados e de lá seguiram para o município de Barreiros (ao sul de Tamandaré), onde foram apoiados pelo prefeito e se instalaram primeiro num clube da cidade e depois numa praça, em um distrito do município. De lá partiram para a ocupação do engenho São Manuel, em Rio Formoso, onde se reencontraram com os sindicalistas, que então voltaram a participar do acampamento. Foram despejados. A vertente liderada pelo MST retornou a Barreiros e partiu para a reocupação do engenho Frescundinho. O grupo se dividiu e uma parte voltou para reocupar São Manuel com os dirigentes sindicais.

Naquele momento, já em 1993, os remanescentes de Camaçari participavam de duas ocupações: Frescundinho e São Manuel. O proprietário de São Manuel conseguiu evitar a desapropriação do engenho e o acampamento se desfez. Frescundinho veio a ser desapropriado em 1997. Os que se encontravam em São Manuel seguiram então para Cipó, engenho *particular* cujo dono recentemente falecera. Há indicações de que a ocupação de Cipó foi em parte produto de uma sugestão do Incra para contemplar os desalojados de São Manuel. Segundo os critérios do Instituto, tratava-se de um engenho improdutivo e portanto passível de ser desapropriado. Esse era o ano de 1994. Os acampados foram logo despejados e se estabeleceram numa vila vizinha. Desta ocupação participavam os dirigentes sindicais, mas, como nas ocasiões anteriores, os que acampavam eram reunidos pelo MST. Em 1995, Cipó foi desapropriado.

Em 1996 o Sindicato de Tamandaré organizou a ocupação do engenho São João. O proprietário estava falido por causa da crise e já havia feito gestões junto aos dirigentes sindicais para que pedissem a sua desapropriação. Esta foi a primeira ocupação feita exclusivamente por sindicalistas, sem a colaboração do MST. Presidia o Sindicato um dirigente oriundo de Rio Formoso, que havia participado das ocupações de Camaçari, Vermelho e São Manuel. O município de Tamandaré foi criado em 1995, a partir do desmembramento de uma parte de Rio Formoso, e o Sindicato constituído em seguida. O acampamento de São João também *levou* despejo — para usar aqui o termo nativo. Foi logo remontado e em 1997 o engenho foi desapropriado.

O ano de 1997 foi marcado por várias ocupações nos dois municípios. Em Rio Formoso o Sindicato organizou um acampamento em Amaragi, que durou três dias. A produção de cana do engenho, de propriedade da usina Central Barreiros, estava em franco declínio, como já assinalado, e o arrendatário, que já havia reorientado suas atividades para a exploração do turismo, tinha interesse na desapropriação³⁰. Havia chegado a sugerir ao Sindicato que solicitasse uma vistoria ao Inbra. O engenho foi desapropriado naquele mesmo ano. Também foram ocupados Serra d'Água e Minguito. Os dois engenhos, que estavam arrendados, pertenciam à usina Central Barreiros, que os entregou, assim como outras propriedades suas, ao Banco do Brasil para saldar dívidas contraídas em safras anteriores e habilitar-se a novos créditos.

No município vizinho de Tamandaré houve uma sucessão de ocupações lideradas pelo MST e pelo Sindicato. Dentre elas a do engenho Brejo, que fazia parte do lote entregue pela usina Central Barreiros ao Banco do Brasil, e a do engenho Mascatinho, da mesma usina, mas colocado à disposição da Justiça do Trabalho como garantia de pagamento de dívidas trabalhistas. Estas ocupações, como outras, foram organizadas pelo MST. O Sindicato de Tamandaré promoveu acampamentos em três engenhos da usina Santo André: Sauezinho, Saué Grande e Coqueiro. Houve a montagem de um acampamento concorrente no engenho Brejo, mas que logo se desfez. Todos esses engenhos foram desapropriados entre 1997 e 1999. Em 1999 ocorreu nova leva de ocupações, dentre elas a promovida pelo STR de Rio Formoso no engenho Mato Grosso, pertencente à usina Santo André e explorado por um arrendatário, e as de Mamucaba e Baetés, promovidas pelo MST, em Tamandaré e em Barreiros, respectivamente.

Todas essas ocupações ocorridas em Rio Formoso e Tamandaré estiveram associadas a pedidos de desapropriação, por parte do MST ou do STR. O curso da ação consistiu na ocupação e na montagem do acampamento, acompanhadas de um pedido de vistoria ao Inbra para verificar a improdutividade do imóvel. Ambos os movimentos respeitaram os limites impostos pela legislação e só ocuparam imóveis tidos tecnicamente como improdutivos ou passíveis de desapropriação³¹. O Inbra, de sua parte, reconheceu a legitimidade do pleito dos que haviam acampado: cadastrou-os por ocasião da vistoria e contemplou-os no parcelamento das terras, assim como os moradores já residentes nas propriedades, que legalmente são os beneficiários de ofício. "Acampado" é uma categoria reconhecida pelo Inbra em seus instrumentos de cadastro, assim como "assalariado", "parceiro" e "posseiro", que são categorias com reconhecimento jurídico³².

Lonas e bandeiras

Os acampamentos que tive a oportunidade de observar, ou cuja reconstituição me foi feita pelos trabalhadores, e aqueles estudados por

(30) No final da década de 1980 este arrendatário adaptou a casa-grande do engenho para dela fazer uma pousada e passou a receber turistas estrangeiros, antecipando-se assim ao que certamente virá a ser uma das alternativas econômicas da região. Desde 1990 o governo federal vem estimulando o aproveitamento turístico do litoral sul de Pernambuco, por meio do projeto Costa Dourada, posteriormente denominado Centro Turístico de Guadalupe. Com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento, começou a implantar a infra-estrutura necessária (estradas e saneamento básico) à instalação de uma rede de hotéis de luxo. Cf. Menezes, Thereza. *Produzindo um território protegido. Um estudo sobre novas formas de delimitação de fronteiras e regulação de conflitos a partir dos usos da legislação ambiental em 3 municípios da zona da mata de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2000 (relatório de pesquisa).

(31) Os engenhos Serra d'Água e Minguito, por exemplo, não eram improdutivos, mas ao serem entregues ao Banco do Brasil tornaram-se passíveis de desapropriação, pois era certo que seriam repassados ao Inbra.

(32) A categoria "acampado" figura com o código 09 do item 05 do formulário para seleção de candidatos aos assentamentos, que trata da história ocupacional do chefe da família. Cf. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inbra)/Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária. *Informações para seleção de candidatos*, s/d.

outros pesquisadores³³ eram constituídos de barracas feitas com pedaços de madeira e cobertas com um plástico denominado *lona*, na maioria das vezes de cor preta e em alguns casos amarela. Em todos os acampamentos era hasteada uma bandeira vermelha com o logotipo do *movimento*³⁴ que o organizara, MST ou Fetape. As barracas cobertas de *lona* e a bandeira eram elementos distintivos e absolutamente recorrentes de todos os acampamentos. Mesmo ao relembrar nas entrevistas os acampamentos já desmontados, os trabalhadores sempre mencionavam a *lona* e a bandeira. Em Sauezinho, por exemplo, o delegado sindical conservava em sua casa a bandeira, envolta em papel de seda e guardada numa caixa, como se fosse uma relíquia, que fez questão de nos mostrar. E vários outros trabalhadores nesse engenho contavam que ainda mantinham em casa a *lona* que cobrira suas barracas.

Os acampamentos apresentavam outros traços distintivos e recorrentes. Eram sempre montados em locais altos, próximos à mata e aos cursos d'água e visíveis a alguns quilômetros de distância. As barracas ficavam alinhadas, formando ruas paralelas. Cada barraca pertencia a uma família de trabalhador, mas havia também aquelas que abrigavam indivíduos sós. Muitos ocupantes não permaneciam nos acampamentos todo o tempo, saindo diariamente para trabalhar em outros engenhos, pescar ou fazer uma *beliscada* (trabalho eventual). O que os tornava membros do acampamento, independentemente de sua presença efetiva, era o fato de lá terem montado uma barraca. O pertencimento ao acampamento era ainda feito por representação, de modo que havia pessoas cujo lugar na ocupação era assegurado por um representante — um filho, um pai, um parente —, mas a participação estava sempre associada a uma barraca.

Essa espécie de modelo corresponde ao que foi observado nas ocupações de Serra d'Água, Minguito, Brejo, Mascatinho, Mamucaba, Mato Grosso e Tentúgal e nas reconstituições dos acampamentos de Sauezinho e Cipó. Não se ajustavam parcialmente a esse modelo os acampamentos situados fora de engenhos, na beira das estradas, onde não se respeitavam — e nem eram possíveis — a localização em pontos altos e a proximidade da mata e dos cursos d'água. Mas eram sempre compostos de barracas de *lona* e exibiam a bandeira do *movimento*. Todos os acampamentos de beira de estrada haviam sido constituídos após despejos judiciais, como o de Baetés, ou expulsões por milícias privadas dos patrões, como o de Jundiá de Cima. Havia ainda acampamentos montados fora do engenho pretendido, como o de Mamucaba, deslocado em 1999, após um despejo, para a parcela de um trabalhador do engenho Brejo, já então desapropriado, no limite de Mamucaba. Mato Grosso, ocupado em maio de 1999, também teve seu acampamento deslocado para uma parcela do engenho Minguitos, após violento despejo por milícias privadas, durante o qual alguns trabalhadores ficaram feridos. E também esse foi o caso do engenho Cipó, cujo acampamento esteve a maior parte do tempo instalado fora da propriedade.

Mesmo situados fora do engenho pretendido, os acampamentos são reconhecidos como associados àquele engenho pelos participantes, pelos

(33) Chamorro, op. cit.; Fajoles, op. cit.

(34) Termo utilizado para designar as organizações dos trabalhadores rurais.

organizadores e pelo Incra. Assim, o que parece identificar um acampamento com um engenho é o ato da ocupação. Um acampamento em beira de estrada *visa* um determinado engenho do qual foi despejado — era o que indicava um militante do MST para designar um acampamento de beira de estrada montado após despejo violento ocorrido no dia mesmo da ocupação (Jundiá de Cima). Por outro lado, acampamentos que tenham sido em pouco tempo desmontados, como os de Amaragi (que durou três dias) e Sauezinho (três semanas), mas cuja desapropriação visada ainda não tenha sido efetuada, são representados como acampamentos: *vogam* como acampamentos — como disse um dirigente sindical de Rio Formoso — e figuram nas estatísticas do Incra e dos *movimentos*.

Os acampamentos observados em Rio Formoso e Tamandaré tinham composição numérica variável entre trinta e cem famílias. Havia ainda uma circulação intensa com as entradas e saídas de seus membros. Quase todos tinham *levado* despejo pela Polícia Militar a partir de decisão judicial ou por milícias privadas organizadas pelos patrões, quando então os trabalhadores deixavam para trás suas barracas e lavouras e saíam apenas com os objetos de uso pessoal e a *lona* que cobria a barraca. Quando se seguia a dispersão dos participantes, o acampamento acabava, como ocorreu em Baetés e Mato Grosso. Na maioria dos casos porém os trabalhadores se reagruparam, recompuseram as instalações no mesmo engenho ou nas cercanias e ficaram aguardando uma decisão. Só deram por findo o acampamento quando o Incra imitiu a posse do engenho.

Para o Incra, a Fetape e o MST, o que distingue um acampamento de outro é o *movimento* que o organizou. Essa distinção tem na bandeira o seu símbolo. Desta forma, o *movimento* funciona como princípio classificatório. O Incra, em seus registros, discrimina os acampamentos, ou "áreas de conflito", como também são denominados, conforme os engenhos e municípios em que estão situados, número de famílias e o *movimento* responsável. O MST e a Fetape utilizam os mesmos princípios de classificação, mas contabilizam somente aqueles sob a sua responsabilidade. Já nos acampamentos este princípio classificatório só era operante entre militantes. Os do MST ou da Fetape deixavam sempre claro que ali era um acampamento do seu *movimento*. Os trabalhadores da "base", como costumam ser designados os acampados, distinguem os acampamentos sobretudo pelo nome do engenho. Assim, por exemplo, um trabalhador acampado no engenho Brejo dizia que havia pensado em ir para Mascatinho (outro engenho de Tamandaré) mas finalmente se instalara em Brejo, sem precisar para tanto referir-se ao *movimento*, que no caso era o mesmo para os dois engenhos (o MST). Em outro contexto dizia que tinha decidido ir para Brejo ao ouvir pelo rádio que o engenho andava com problemas com o Incra. Entre os trabalhadores os acampamentos são também associados aos *sem-terra*. Esta categoria não corresponde porém a uma identificação com o movimento do mesmo nome. Trabalhadores acampados em engenhos ocupados pela Fetape usavam o mesmo termo, em contextos como "... aí eu vim aqui para os *sem-terra*". Há indícios de que

esta categoria passou a identificar todos aqueles que se vêem como candidatos à *reforma agrária*, e até mesmo os que dela já se beneficiaram. Um trabalhador de um engenho desapropriado em Rio Formoso se identificava como um *sem-terra* no momento mesmo em que acabara de se tornar parceleiro, portanto "com-terra".

A maioria das ocupações em Rio Formoso e Tamandaré foi feita por trabalhadores vindos de fora do engenho, mobilizados pelo MST ou STRs nos próprios municípios ou em municípios adjacentes. O STR de Rio Formoso reivindicava um recrutamento de base local, de pessoas por ele conhecidas. Já o MST reivindicava um recrutamento num raio mais amplo, para além das divisas municipais. Do ponto de vista dos dirigentes de Rio Formoso, seu estilo de recrutamento era superior: garantia a ordem dentro dos acampamentos. As duas formas de recrutamento são a rigor modelos ideais, úteis para marcar diferenças³⁵. Não correspondem à origem efetiva dos trabalhadores encontrados nos acampamentos, de forma que encontramos pessoas de diferentes municípios nos acampamentos organizados pelos dois *movimentos*. Por outro lado, enquanto o sindicato respeita as fronteiras municipais na montagem dos acampamentos, o MST não está sujeito aos mesmos constrangimentos, o que se explica pela organização distinta dos dois movimentos. Os sindicatos têm sua base territorial no município. Assim, deve ter sido este o constrangimento que tornou impensável para os dirigentes de Rio Formoso seguir os participantes da saga da ocupação de Frescundinho, em Gameleira. Também é impensável para os dirigentes de Tamandaré avançar sobre Barreiros para organizar acampamentos, embora a conjuntura seja favorável a isso, com a decretação da falência da Central Barreiros e portanto a alta probabilidade de que seus engenhos venham a ser desapropriados. Já o MST, organizado em micror-regiões e livre dos limites impostos por uma base municipal, tem maior margem de manobra geográfica. Seus militantes participam de ocupações em diferentes municípios. Ali onde os dirigentes sindicais estão menos dispostos a ocupar engenhos o MST encontra espaço propício para atuação.

O recrutamento para uma ocupação não se confunde com a composição do acampamento. Como mostra o trabalho de Chamorro sobre o engenho Brejo³⁶, e como pude observar no engenho Mato Grosso, há um núcleo inicial que faz a ocupação — as pessoas efetivamente reunidas pelos *movimentos* — e em seguida outras afluem aos acampamentos — *entram* no engenho, como se expressam os nativos. Muitos deles não têm nenhuma relação prévia com os *movimentos*: nem são militantes do MST, nem associados do sindicato. Sua participação no acampamento também não implica uma posterior filiação aos *movimentos*, embora isso possa acontecer em alguns casos, sobretudo entre jovens³⁷. Há ainda uma circulação entre acampamentos, com indivíduos participando sucessivamente em acampamentos organizados pelos dois *movimentos*.

Todos os acampamentos se assemelhavam na forma, independentemente do logotipo de suas bandeiras. Haviam sido constituídos com os

(35) "Aglutinar pessoas" é um princípio reivindicado pelo MST para se contrapor ao modo de recrutamento sindical. Ver a respeito Stédile, João Pedro e Fernandes, Bernardo M. *Brava gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999, pp. 114-115.

(36) Chamorro, op. cit.

(37) A idéia de que os participantes de um acampamento organizado por exemplo pelo MST "são" do MST é uma dessas pré-noções entretidas pela mídia, que concebe os acampamentos a partir do modelo do clube, como se para neles ingressar fosse necessário ser sócio. Sobre o ingresso dos jovens no MST a partir das ocupações, ver *ibidem*, pp. 22-24.

mesmos materiais, situados em localizações semelhantes e organizados sob a forma de ruas. Em todos havia uma divisão do trabalho organizada por meio de comissões, que cuidavam da segurança, da saúde, da alimentação etc. Em todos dispunham-se lavouras logo após a ocupação.

A recorrência dos elementos e arranjos observados é o que permite afirmar a existência de uma *forma acampamento*. O modelo não é endógeno. Tudo leva a crer que foi engendrado no Sul do país, ao longo do processo de ocupações que desembocou na constituição do MST. Foram seus militantes, deslocados para o Nordeste, que ali o implantaram, certamente com ajustes às condições da mata pernambucana. Com eles os sindicalistas de Rio Formoso e Tamandaré aprenderam as técnicas que conformam a complicada engenharia social do ato de acampar e sustentar um acampamento. Esse aprendizado se deu ao cooperarem nas primeiras ocupações da saga, quando hasteavam as bandeiras dos dois *movimentos*, como ocorreu em São Manuel e Cipó. Quando em 1996 a Fetape iniciou uma programação de ocupações de terra, os dirigentes de Rio Formoso e Tamandaré partiram também para realizar sozinhos as ocupações, aplicando o modelo. Tão bem incorporado se encontra que os percalços de uma ocupação são interpretados como resultantes do desrespeito ao modelo. Assim, o fato de os trabalhadores não terem podido se defender por ocasião do despejo no engenho Mato Grosso, em julho de 1999, era atribuído à localização do acampamento: em local baixo, o que não permitiu ver a chegada das milícias, e longe da mata, o que privou os acampados de uma rota de fuga.

Os acampamentos da mata pernambucana aqui tratados têm uma forma que se reproduz, conforme foi observado nos municípios de Rio Formoso e Tamandaré. Essa forma tem aspectos ritualizados e se constitui numa linguagem pela qual os indivíduos fazem afirmações simbólicas³⁸. Assim, o ato de instalar um acampamento em um engenho é a forma apropriada de "dizer" que aqueles que o ocuparam desejam que seja desapropriado. Incra, *movimentos*, patrões e trabalhadores partilham o consenso de que é isso que está sendo dito por meio de um acampamento. Na relação entre os *movimentos*, a bandeira içada tão logo se monta um acampamento é a forma apropriada de um *movimento* "dizer" ao outro que aquele engenho é território ocupado e que deve ser respeitado sob pena de eclosão de conflito. Para aqueles que entram em um engenho ocupado, erguer sua barraca e cobri-la de *lona* é a forma apropriada de "dizer" que se deseja dele participar. Único dos equipamentos indispensáveis a um acampamento que não faz parte daqueles habituais do trabalhador, como vasilha de cozinha, muda de roupa e instrumento de trabalho, a *lona* tornou-se o símbolo da adesão a um acampamento. Inúmeras são as evidências empíricas nesse sentido: encontrei trabalhadores que retardaram a *entrada* porque não tinham a *lona*.

Uma vez dentro do acampamento, o indivíduo deve legitimar perante os outros a sua pretensão a se tornar beneficiário da desapropriação. A forma adequada de "dizê-lo" tem sido o "socar-se debaixo da lona preta" e

(38) Essa interpretação das ações com aspectos rituais como afirmações simbólicas está inspirada na teorização feita por Edmund Leach a partir de sua análise sobre os kachins: *Political systems of Highland Burma*. Boston: Beacon Press, 1964 [1954], pp. 279-281.

compartilhar com os demais os sofrimentos causados pela chuva, pelo calor da *lona*, os despejos, a alimentação precária e a incerteza em relação ao futuro. Quanto mais "virtuoso" do ponto de vista dessa ética do sofrimento — para usar aqui um termo de Max Weber³⁹ —, mais legítimo será o indivíduo aos seus olhos e aos olhos dos companheiros, pois o sofrimento dá sentido à sua ação⁴⁰.

A reprodução ampliada

A existência da *forma acampamento* oculta no entanto diferenças quanto aos processos que desembocam nas ocupações dos engenhos. Elas só são visíveis quando se examina e compara cada caso. E é explorando essa diversidade que será possível formular hipóteses a respeito das condições sociais que têm contribuído para a constituição e reprodução ampliada dos acampamentos. Dizer que eles estão relacionados à crise da agroindústria canavieira seria um truísmo, porque esta é uma evidência que salta aos olhos⁴¹. De um ponto de vista sociológico, o que interessa é mostrar como a crise produz tais efeitos e identificar a natureza das relações entre os fatos.

Sob a perspectiva patronal, verifica-se que a crise tem engendrado declínio da produção e perda de poder relativa dos patrões. A atividade canavieira tornou-se para muitos deles desinteressante. Os menos capitalizados vêem na desapropriação uma saída, tanto porque os títulos da dívida agrária que recebem como indenização pelas terras têm valor de mercado, como porque as benfeitorias são pagas em dinheiro líquido. Para estes, como parece ter sido o caso de Amaragi e São João, a desapropriação foi avaliada de forma positiva. A crise no entanto não conduz necessariamente a que os patrões queiram a desapropriação. A usina Santo André, por exemplo, mesmo sem ter condições de realizar a moagem da cana, travou uma longa batalha judicial para evitar a perda de cinco de seus engenhos. Arrendou-os ainda ao patrão tido como o mais violento na área de Tamandaré, seguramente apostando na possibilidade de que os trabalhadores, submetidos a uma forte pressão, já sem receber seus salários, acabariam abandonando as propriedades e, portanto, a reivindicação da desapropriação se esvaziaria. O arrendatário do engenho Mato Grosso, que já manifestara aos sindicalistas o interesse de ter seu engenho desapropriado, mudou de atitude ao ter um acampamento instalado em suas terras e promoveu, com suas milícias, um dos despejos mais violentos de que se tem notícia na região. O arrendatário de Jundiá de Cima, engenho de propriedade da usina Central Barreiros entregue ao Banco Brasil, também reagiu com violência ao acampamento: organizou uma milícia de cem homens e desalojou os acampados.

É possível formular a hipótese de que o interesse na desapropriação como uma saída para a crise esteja presente sempre que os patrões tenham

(39) Weber, Max. "L'éthique économique des religions mondiales". In: *Sociologie des religions*. Paris: Gallimard, 1996 [1915], pp. 358-359.

(40) Diz Stédile: "A ocupação dá esse sentido de unidade às pessoas, para lutarem por um mesmo objetivo. Passar pelo *calvário* de um acampamento cria um sentimento de comunidade, de aliança" (Stédile e Fernandes, op. cit., p. 115, grifo meu). Sobre a legitimidade individual mediada pelo sofrimento, ver a análise de Fajolles (op. cit.) acerca do acampamento de Mamucaba.

(41) Entre o final da década de 1980 e final da de 1990 a crise na agroindústria açucareira agravou-se consideravelmente. Na safra de 1997/98 moeram-se no estado de Pernambuco cerca de 17 milhões de toneladas de cana, o que representava uma queda de quase 5 milhões em relação à safra de 1989/90. Nove das 35 usinas existentes no final da década de 1980 já haviam fechado suas portas, assim como três das dez destiladas. Cf. Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado de Pernambuco. *Boletins de Safra (1989-1999)*. Recife, 1999.

outras alternativas em vista. Este era evidentemente o caso do arrendatário de Amaragi, já investindo no turismo. Em outras situações os patrões apostam nas possibilidades de ainda fazer valer seu patrimônio ou preservar seu poder. Querendo ou não a desapropriação de suas terras, esses patrões perderam efetivamente parte do poder de que dispunham e assim tornaram-se vulneráveis. Nessas condições a probabilidade de que se instale um acampamento em suas terras é alta, mas não certa, porque a instalação de um acampamento não é decorrência mecânica da existência de Cerras improdutivas. Outros elementos intervêm, como se verá a seguir. Somente aqueles que conseguiram se reestruturar e manter suas terras produtivas estão ao abrigo dos acampamentos. É o caso da usina Trapiche, uma das quatro em todo o estado de Pernambuco tida como sólida. O fato de estar livre dos acampamentos não implica porém que não contribua para que eles proliferem: como a sua reestruturação tem se apoiado em grande parte na redução da folha de pagamento, a usina fomenta os acampamentos ao deixar no desemprego milhares de trabalhadores⁴², criando uma população disponível para ser recrutada pelos *movimentos*.

Do ponto de vista dos trabalhadores, a crise tem implicado desemprego para os demitidos, endurecimento das condições de trabalho para os que continuam em seus postos e queda do rendimento semanal ali onde os patrões têm sido inadimplentes. O modo como esses efeitos da crise contribuem para a formação e reprodução dos acampamentos tem sido mediado pela percepção que têm os trabalhadores da situação que estão vivendo, a qual por sua vez está sempre relacionada às suas experiências prévias. Os casos dos engenhos Amaragi e Sauezinho são nesse sentido reveladores. Em Amaragi os trabalhadores tiveram seus salários suspensos, mas o patrão lhes assegurou o direito de cultivar a terra e lhes fez ver que se importava com a sua sorte. Mandou matar bois e distribuir gratuitamente a carne e garantiu algumas provisões no supermercado local, comportando-se assim como um patrão do tempo da dominação tradicional, que protegia seus moradores nos momentos difíceis. Tal comportamento só poderia entreter o sentimento de dívida que os trabalhadores sentiam em relação a ele. Ainda que associados ao Sindicato, eles nunca fizeram parte da vanguarda das lutas de Rio Formoso: não entraram com ações na Justiça do Trabalho nem participaram das greves. Confrontados com a crise, inédita para eles, aguardavam uma solução que viesse do patrão. Foi o Sindicato que lhes propôs que fizessem um acampamento, o qual só durou três dias e se desfez sem despejo nem coação. Já em Sauezinho a inadimplência da usina foi considerada inaceitável pelos trabalhadores. Todos os relatos sobre o acampamento que montaram estão associados à suspensão do pagamento. Tendo fortes laços com o Sindicato, habituados ao enfrentamento quase cotidiano com os empregados da usina, aos processos na Justiça e às greves, a crise contribuiu para acirrar os ânimos. De início fizeram *paradeiros* (greves fora do âmbito das campanhas salariais) para exigir o pagamento dos salários atrasados, passaram a matar os bois da empresa e por fim montaram o acampamento — que ocorreu no ano seguinte à inflexão da política da Fetape.

(42) Em 1996 a usina Trapiche empregava 4.200 trabalhadores, número que se encontrava reduzido a 3.000 em 1999, segundo informação da Gerência de Recursos Humanos da empresa.

O caso de Saeuzinho permitiu ainda notar que a percepção das implicações da crise foi se constituindo progressivamente, a partir de uma série de sinais. Primeiro, a suspensão do pagamento do salário-família, depois do 13^o e férias e finalmente do próprio salário. Outros sinais foram a redução dos investimentos no campo, nas limpas de cana e no plantio e por fim a suspensão da moagem⁴³, a indicar que a usina estava "caindo". Os trabalhadores escolheram a via do enfrentamento mas se perguntavam se não haveria uma reversão, se a usina não seria capaz de "se levantar" novamente, como pude observar em 1997.

A crise também produz efeitos sobre os que se encontram empregados, mas sempre mediados pela percepção que dela eles têm. Assim, na usina Cucaú, onde houve deterioração das condições de trabalho, mas nada semelhante à verificada na usina Santo André, trabalhadores de um de seus engenhos se dispuseram a *entrar* em Mato Grosso, formando a vanguarda da ocupação. Eles mantinham o vínculo contratual com a usina e continuavam trabalhando, mas, estimulados pelos dirigentes sindicais, apostavam na possibilidade de ser beneficiados pela desapropriação daquele engenho *particular* que apresentava vários sinais de improdutividade. O acampamento que lá ergueram era uma espécie de garantia em caso de "queda" da usina Cucaú.

Assim como para alguns patrões a desapropriação é uma saída, para os trabalhadores a ocupação de um engenho se configura numa saída possível, numa aposta. Como dizia um acampado no engenho Brejo, em 1997:

Um amigo me disse: "Vão ocupar Brejo". Eu disse: "Pois eu vou também!". Eu já estava caçando vaga em Mascate. Porque eu estou 44 anos. É, 44 anos de sofrimento na empresa, entendeu? E eu trabalhando. Agora vou tentar, porque eu trabalhando para mim nada adquirir. Também não tenho nada contra a sorte. Porque perdido por perdido eu já estou [encontrava-se desempregado]. É esse o problema. Nunca arrumei nada até agora,[...] Acho que o melhor futuro meu é isso aí. Também, que se eu perder também, não estou perdendo nada, porque até hoje não tive nada. Vou jogar na vida. Na sorte.

Saída para uma situação que é representada como precária, quase que extrema.

A percepção de que as portas dos engenhos vão se fechar porque os patrões estão falindo tem seguramente estado na origem da maioria das *entradas* nos acampamentos. O fato de os acampamentos estarem associados a pedidos de desapropriação e à bandeira de luta da reforma agrária não implica que o sentido da ação dos que acampam seja "lutar pela reforma agrária", como se costuma dizer. Esta é uma frase de retórica. O que buscam é uma saída no curto prazo, e é exatamente isso o que lhes

(43) A usina Santo André, que na safra de 1989/90 moía quase 400 mil toneladas de cana, não moeu na safra de 1996/97. O engenho Saeuzinho, de cerca de 800 ha, chegou a ter uma produção de 18 mil toneladas, e na safra 1996/97 produziu 6 mil toneladas. Cf. Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado de Pernambuco, op. cit.

proporcionam os acampamentos, por meio da estrutura do *movimento*, com uma série de fatores que importam num momento crítico: a proteção do grupo, o acesso a uma terra para lavoura de subsistência, a alimentação conseguida pelas lideranças e, sobretudo, uma perspectiva. Muitos dos que entram nos acampamentos deles saem tão logo consigam se inserir no mercado de trabalho novamente, e retornam quando perdem seus empregos. O uso do termo *vaga* pelo acampado de Brejo não é neutro: indica que a entrada no acampamento é representada a partir do modelo da "entrada" em um emprego⁴⁴. Seria necessário aprofundar a pesquisa para refinar a análise das motivações dos trabalhadores para entrarem num acampamento, nele permanecerem ou dele saírem, mas seguramente ela não se distanciará da interpretação da "saída". O que quero destacar é que o acampamento, embora seja uma forma nova, é uma saída como qualquer outra. Ao buscá-la, os trabalhadores têm contribuído para a proliferação dos acampamentos e, assim, para o que tem sido interpretado como "luta pela reforma agrária".

Os acampamentos estão também relacionados à ação do MST e da Fetape. Mesmo com toda a crise da agroindústria, eles seriam impensáveis sem o trabalho de mobilização dos trabalhadores, organização e manutenção das ocupações e, sobretudo, sem a mediação com o Incra, pois são os *movimentos* que falam em nome dos trabalhadores acampados. As duas organizações concorrem entre si e isto produz efeitos sobre a proliferação da forma acampamento. Embora a pesquisa não tenha estado centrada nestas organizações, algumas hipóteses podem ser formuladas. Pernambuco foi um dos últimos estados do Nordeste no qual se implantou o MST. A sólida organização dos sindicatos em todo o estado certamente constituía um freio. Uma vez implantado, o MST desequilibrou a correlação de forças. A Fetape reagiu fazendo ela mesma ocupações. Na área de Rio Formoso e Tamandaré os dois movimentos mantêm relações de respeito mútuo. No primeiro, bastião do movimento sindical, o MST jamais fez uma ocupação que não estivesse associada aos sindicalistas. Em São Lourenço da Mata, município da área metropolitana do Recife, outro pilar da Fetape, também o MST nunca entrou: todos os acampamentos lá existentes têm origem sindical. Já em Tamandaré, onde o sindicato foi mais recentemente implantado (em meio a um processo conflituoso no qual esteve envolvido o prefeito) e onde se observa uma fraca coesão entre os dirigentes sindicais, o MST não hesitou em montar acampamentos. Respeitou no entanto o território da usina Santo André, cujos trabalhadores mantêm fortes vínculos com o Sindicato e com a Fetape, os quais coordenaram todo o processo que conduziu à desapropriação de cinco engenhos — Sauezinho, Saué Grande, Coqueiro, Cocai e Cocalzinho — e à imissão de posse pelo Incra em dezembro de 1999.

Desde 1996, momento da inflexão da Fetape, a concorrência entre os dois *movimentos* tem se expressado na montagem de acampamentos, num processo que poderia ser descrito como "cismogênico simétrico", para usar os termos de Bateson⁴⁵. A cada ocupação de um lado, o outro procura

(44) Também no engenho Brejo encontrei um outro trabalhador que ao narrar sua entrada no acampamento disse que quando chegou perguntou se tinha "vaga".

(45) Bateson, Gregory. *Naven. The culture of the Iatmul people of New Guinea as revealed through the study of the Naven ceremonial*. Stanford University Press, 1994[1935], pp. 171-197.

responder com outra ocupação, formando-se uma verdadeira escalada de ocupações. Essa dinâmica tem estado na origem da notável proliferação dos acampamentos na mata pernambucana. Ela permite perceber que entre a crise e os acampamentos existe uma mediação que passa pelos interesses de militantes no crescimento de suas respectivas organizações.

A análise ficaria incompleta se não me detivesse na contribuição do Incra para a escalada dos acampamentos na mata pernambucana no contexto da crise da agroindústria. Como a instituição não tem tido até aqui uma política própria de intervenção na estrutura fundiária, sua atuação vem consistindo em contemplar as demandas dos engenhos ocupados. Montado o acampamento, os *movimentos* solicitam ao Incra a vistoria para verificação de improdutividade. Técnicos são então deslocados para as áreas ocupadas a fim de produzir um laudo⁴⁶. Constatada a improdutividade, estão reunidas as condições para que o processo de desapropriação seja desencadeado. Como tais procedimentos têm estado subordinados à existência de acampamentos, estes se tornaram pré-requisito da desapropriação. Entende-se assim melhor por que patrões interessados na desapropriação procuram os *movimentos* para que eles providenciem a instalação de um acampamento em suas terras. Não basta querer ser desapropriado: é necessário que haja uma pressão por parte daqueles idealmente concebidos como interessados, isto é, os trabalhadores, para que tenham chances de vir a ser atendidos pelo Incra. Os pedidos de reintegração de posse e os despejos judiciais recorrentes que se seguem aos acampamentos fazem parte das regras do jogo. Deixar que um acampamento se instale em sua propriedade e nada fazer é mal visto pelo Incra.

Os acampamentos constituídos exclusivamente por moradores dos engenhos constituem outro elemento de prova da relação necessária que se estabeleceu entre acampamento e desapropriação. No município de São José da Coroa Grande, no extremo-sul do Estado, os trabalhadores de Tentúgal, engenho da usina Central Barreiros, procuraram sucessivamente o Sindicato e o MST para solicitar a instalação de um acampamento no engenho. A usina estava com a falência decretada e eles sem receber seus salários há meses. Um novo arrendatário havia ali se instalado mas só empregava alguns poucos trabalhadores. O engenho tinha todas as características de improdutividade e sua desapropriação era plausível. Do ponto de vista legal, os trabalhadores tinham direito incontestado às terras tão logo fossem desapropriadas e parceladas. Sabiam no entanto que sem acampamento o processo não seria desencadeado. O arrendatário por sua vez moveu contra eles pelo menos três despejos. Não se tratava de tirá-los do engenho, pois tal a lei não ampararia, mas de "despejar" os símbolos: os policiais entraram para tomar a bandeira e derrubar as barracas de *lona* que haviam sido montadas no ponto mais alto do engenho.

Só o Estado brasileiro tem o poder e a legitimidade para realizar desapropriações, mas esse poder tem sido exercido a partir de uma relação de dependência do Incra em face dos *movimentos*, que lhe indicam, com os acampamentos, qual engenho deve ser desapropriado dentre os inúmer-

(46) O intervalo que vai da ocupação à vistoria é vivido com grande expectativa, incerteza e medo pelos acampados. É neste momento que estão sujeitos aos despejos, que podem pôr fim aos acampamentos de forma violenta, e também ao esvaziamento do grupo, pois muitos não retornam por ter medo e dentre os que permanecem outros tantos se cansam de esperar.

ros improdutivos que existem na mata pernambucana. Ao atender a demanda oriunda dos engenhos ocupados, o Incra tem reconhecido a justeza da reivindicação e sobretudo conferido legitimidade, com o poder de que dispõe, à forma acampamento. Essa legitimidade se constitui na contribuição específica do Incra à proliferação dos acampamentos. E é sempre invocando a possibilidade real de que o Incra venha a desapropriar um engenho que militantes realizam seu trabalho de mobilização para as ocupações e que os trabalhadores se sentem seguros para delas participar.

Para além da mata pernambucana

As ocupações de terra e os acampamentos que as caracterizam estão entre os temas sensíveis e "quentes" da atualidade brasileira. Mas enquanto outros temas "quentes" como violência e corrupção têm atraído a atenção de estudiosos que procuram romper com o senso comum para melhor explicá-los, com base em sólida pesquisa empírica⁴⁷, os acampamentos têm sido até aqui negligenciados entre nós. O foco do interesse no que diz respeito às ocupações tem sido o que se segue a elas: os assentamentos constituídos após a desapropriação e parcelamento da terra; e o que preocupa os pesquisadores são notadamente as condições de possibilidade de "sucesso" ou "fracasso" de tais empreendimentos⁴⁸.

A análise aqui feita não foi concebida no sentido de suprir esta lacuna. Os acampamentos da mata pernambucana não me interessaram pela falta de estudos a respeito deles ou de outros acampamentos no país. Foi distinto o caminho do meu pensamento: os acampamentos chamaram a minha atenção pelo que indicavam de mudança nas relações sociais nas grandes plantações canavieiras. Procurei compreendê-los reinscrevendo-os na história das relações sociais naquela área e me perguntando como haviam se tornado possíveis, o que significavam e por que se multiplicavam. Desde o trabalho de campo me intrigavam as bandeiras e a *lona* preta: eu as via em toda parte e os acampados a elas se referiam com insistência. Segui a pista e cheguei ao que denominei "forma acampamento": uma forma levada ali pelo MST e difundida com a colaboração dos sindicalistas, uma afirmação simbólica cujos significados eram compartilhados pelos diferentes indivíduos envolvidos nos acampamentos e por isso mesmo eficaz. Busquei identificar as condições sociais que foram progressivamente contribuindo para que a forma se proliferasse. Não utilizei o vocabulário das relações causais porque ele jamais me permitiria compreender e explicar os acampamentos, que têm sido naquela área o produto de uma conjugação de condições históricas favoráveis.

Tudo o que aqui foi escrito sobre os acampamentos apóia-se em materiais empíricos datados e reunidos em dois municípios, e portanto diz respeito apenas à mata pernambucana. Para analisar tais materiais utilizei no entanto um ponto de vista cujo núcleo consiste no distanciamento

(47) Um exemplo é o excelente trabalho de Marcos Otávio Bezerra sobre as relações dos parlamentares com suas bases: *Em nome das "bases": Política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Nuap/Relume Dumará, 1999.

(48) Não se trata de dizer que os acampamentos não foram pesquisados, pois poderiam ser citados, dentre outros, os trabalhos de Aurélio Vianna (*Dos pressupostos da ação política do campesinato: o caso da invasão da fazenda Anoni*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado, PPGAS/MN-UFRJ, 1988) e Bernardo M. Fernandes (*MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996), além dos já mencionados de Chamorro e Fajolles. Quero apenas destacar que há mais títulos e pesquisas sobre os assentamentos. Um exemplo é a coletânea organizada por Leonilde S. Medeiros e Sérgio Leite (*A formação dos assentamentos rurais no Brasil. Processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. da UFRGS/CPDA-UFRJ, 1999), que contempla assentamentos em diferentes unidades da Federação.

(sempre difícil quando o tema é "quente", como já o assinalava Pollak em seu estudo sobre os sobreviventes dos campos de concentração⁴⁹). Tal perspectiva implica não se deixar seduzir pelas representações nativas, sobretudo por aquelas que mais agradam à nossa visão de mundo; examinar os fatos de uma perspectiva histórica, prestando atenção à sua gênese e não fazendo de um evento espetacular — como a multiplicação dos acampamentos — um marco zero no tempo; reconstituir e relacionar os diferentes pontos de vista e encontrar o significado que têm os acampamentos para os indivíduos, em vez de imputar-lhes sentidos que parecem "lógicos" para o autor mas que a rigor são as suas pré-noções, seus julgamentos de valor. Este ponto de vista, porém, não vale apenas para a mata pernambucana. Assim é que este texto pretende também ser uma contribuição ao modo de abordar os acampamentos, sugerindo uma via para melhor compreendê-los.

(49) Pollak, Michael. *L'expérience concentrationnaire*. Paris: Métailié, 1990.

Recebido para publicação em 28 de agosto de 2000.

Lygia Sigaud é professora do Museu Nacional, UFRJ.

Novos Estudos
CEBRAP
N.º 58, novembro 2000
pp. 73-92
